

Clinton define verba para socorrer Brasil

159
Presidente dos EUA sondou Congresso e concluiu que não há objeção para uso de fundo de estabilização

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON – A administração Clinton já decidiu que usará o Fundo de Estabilização Cambial dos Estados Unidos (ESF, na sigla em inglês) para injetar bilhões de dólares na economia brasileira, como parte de uma operação internacional de suporte ao real de pelo menos US\$ 30 bilhões que está sendo preparada sob a coordenação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e deve ser anunciada na primeira quinzena de novembro. De acordo com fontes do Departamento do Tesouro, citadas ontem pelo *New York Times*, sondagens já feitas pela administração Clinton no Congresso americano sobre o uso do ESF para ajudar o Brasil indicaram que não haverá maiores objeções. O ESF, que pode ser mobilizado pelo secretário do Tesouro sem autorização prévia do Congresso, tem no momento mais de US\$ 20 bilhões.

O cuidado da administração Clinton deve-se à reação que provocou no Legislativo no início de 1995, quando ativou o ESF e abriu uma linha de crédito de emergência de até US\$ 20 bilhões para o México, para ajudar o país a restabelecer a confiança dos investidores. O México ofereceu receitas de petróleo como garantia pelo crédito, usou US\$ 12 bilhões dos US\$ 20 bilhões postos à sua disposição pelos EUA e repagou Washington, com US\$ 500 milhões de juros, antes do vencimento.

Não está claro se o governo americano pediu ou pedirá garantias reais pelo empréstimo de emergência que está disposto a fazer ao Brasil ou mesmo se a forma da participação na operação de apoio ao País já foi discutida entre Washington e Brasília. Há

duas semanas, uma fonte oficial dos EUA, indicou ao *Estado* que a administração Clinton pediria concessões comerciais ao Brasil em troca da ajuda. Um alto funcionário brasileiro deixou claro que ela não seria bem recebida. “É natural que quem empresa exija garantias, mas é importante que essas garantias sejam financeiras”, informou o funcionário.

O certo é que as autoridades financeiras americanas decidiram que a estabilidade da economia brasileira é crucial para os interesses dos EUA e vêem no Brasil uma oportunidade real de conter e reverter a crise financeira. “O Brasil é muito importante para o bem estar da região, dos Estados Unidos e da comunidade internacional, e todos nós estamos empenhados em ver como podemos ajudar”, disse o secretário do Tesouro, Robert Rubin, ao *New York Times*, na sexta-feira. O argumento e a virulência da crise, que levou a Câmara de Representantes a deixar de lado suas objeções e aprovar verba de US\$ 18 bilhões para a recapitalização do FMI, na semana passada, parecem ter convencido os congressistas americanos a não colocar dificuldades na ativação do ESF para o Brasil. “Acho que há muita gente apavorada no Congresso com o que está ocorrendo nos mercados”, disse uma fonte da Casa Branca.

Segundo o *Times*, Rubin acredita que a resposta positiva que o mercado deu nas duas últimas semanas às reduções de juros feitas pelo Federal Reserve e às ações do governo de Tóquio para sanear o sistema bancário japonês criaram um clima mais favorável para a operação de suporte ao Brasil. Para Washington, o sucesso da operação é importante não apenas por seu impacto econômico, preservando o potencial de crescimento na região, mas também por seu efeito

político de reafirmar a liderança de Washington. Contestada por causa das desastrosas intervenções do FMI nas crises na Ásia e na Rússia, Washington viu erodir sua capacidade de influenciar decisões econômicas.

“Depois de 18 meses de frustrantes negociações com os japoneses, Rubin sente que os EUA tem pouca influência sobre Tóquio”, escreveu o *Times*. “No Brasil, contudo, os EUA têm chance de influenciar o programa de reformas.” De acordo com esse raciocínio, os EUA precisam ganhar tempo para armar uma nova arquitetura para a economia global. Não está claro se o fundo de contingência proposto pelo presidente Bill Clinton estará pronto a tempo de ser usado para o Brasil.

O montante do apoio americano ao Brasil, via ESF, ainda não foi determinado. Sabe-se apenas que ele reforçará a parcela para desembolso imediato de pelo menos US\$ 30 bilhões do empréstimo que está sendo articulado pelo FMI. Os governos do Japão, que

está acudindo seu próprio sistema financeiro, e o da Alemanha, que enfrenta perdas potenciais em empréstimos e garantias que deu à Rússia, já disseram a Washington que consideram o Brasil e a América Latina problema dos Estados Unidos, informou o *Times*. Mas o Tesouro continua a recrutar países dispostos a aumentar o bolo. São esperadas contribuições da França e da Espanha, que manifestaram disposição em participar.

O FMI deve entrar com cerca de metade do crédito inicial, usando os US\$ 15 bilhões do Acordo Geral de Empréstimo, uma linha especial de países ricos para emergências, criada nos anos 60 e usada até hoje apenas uma vez, nos anos 70, para assistir a Inglaterra. O aumento de capital da instituição, que foi destravado pela

aprovação da participação dos EUA depende ainda de ações em outros países. O Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) devem entrar com até US\$ 5 bilhões cada um. Como deve ocorrer com o crédito do FMI, o dinheiro do BID deverá ter prazo de pagamento mais curto – de dois anos e meio – e taxas de juros mais altas.

No Bird, a questão é como apresentar a ajuda de emergência ao Brasil. Contrariado com a percepção de que o Bird foi transformado em caixa automático do sistema financeiro oficial, James Wolfensohn, já disse publicamente há três semanas que “não fornecerá liquidez” para a linha de crédito internacional ao Brasil. Em vez disso, Wolfensohn indicou que o Bird vai calibrar sua participação na ajuda ao País e reafirmar sua missão de banco de desenvolvimento.

Computados os créditos oficiais que o País deverá receber ao longo da execução do programa de saneamento fiscal que está preparando para o período 1999-2001, o suporte internacional pode superar a casa US\$ 50 bilhões. Estão incluídos créditos regulares, de desembolso gradual, que o País deve receber do FMI em apoio ao programa trienal de saneamento fiscal, os empréstimos do Bird e do BID e aportes para o financiamento de exportações dos países ricos. O presidente do Eximbank dos EUA, Joseph P. Harmon, que esteve no Brasil na semana passada, afirmou que a instituição deve reabrir o crédito para o setor público brasileiro, apesar de uma pendência sobre pagamentos de juros de mora. Segundo Harmon, o Eximbank poderá ampliar em pelo menos US\$ 2 bilhões sua linha de crédito e de garantias ao Brasil, que soma US\$ 3,8 bilhões.

A participação do setor privado é ainda uma incógnita. As poucas manifestações dos grandes bancos, assegurando que apoiariam o País, cessaram depois do corte das linhas de crédito comercial que nunca deixaram de ser renovadas.

VALOR DO
APOIO AO PAÍS
AINDA NÃO FOI
DEFINIDO